



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO ALVES DA SILVA

DECISÃO MONOCRÁTICA

RECURSO OFICIAL E APELAÇÕES N. 2011896-27.2014.815.0000

ORIGEM: Juízo da 5ª Vara da Comarca de Patos

RELATOR: Miguel de Britto Lyra Filho – Juiz Convocado

APELANTE: Iatianra Emiliano Barbosa (Adv. Marcos Antônio Inácio da Silva)

APELADO: Município de Patos (Adv. Danubya Pereira de Medeiros)

APELAÇÃO. FALTA DE ANÁLISE DE TODA MATÉRIA TRAZIDA PELA PARTE AUTORA. JULGAMENTO CITRA PETITA. INFRAÇÃO AOS ARTS. 128 E 460 DO CÓDIGO DE RITOS. NULIDADE RECONHECIDA DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, *CAPUT*, DO CPC. RECURSO PREJUDICADO. SEGUIMENTO NEGADO.

- O autor fixa os limites da lide, cabendo ao magistrado decidir a demanda de acordo com as balizas ali fixadas. Isto importa dizer que é vedado ao juiz proferir decisão acima, fora ou aquém do pedido. Concretizada tal hipótese, a sentença estará viciada por ser ultra, extra ou citra petita, respectivamente. A decisão que decide aquém do pedido é passível de nulidade e não de simples reforma, sob pena de supressão de instância.

- Nulidade reconhecida de ofício, causando a prejudicialidade do recurso e a consequente negativa de seguimento (*caput* do art. 557 do CPC).

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apelatório interposto contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 5ª Vara da Comarca de Patos nos autos de reclamação trabalhista, promovida por Iatianra Emiliano Barbosa, ora apelante, em face do Município de Patos, onde busca o pagamento do adicional de insalubridade, pagamento de férias, 13º salário e cadastramento do Pasep.

Na sentença objurgada, o douto magistrado *a quo* julgou improcedente os pedidos autorais, por considerar os pedidos próprios do regime da CLT, condenando a autora em custas processuais e honorários advocatícios à base de 10% do valor da causa.

Inconformado, a demandante interpôs recurso apelatório, pugnando pela reforma da decisão singular, alegando ser dever do Município de adimplir as férias, os terços de férias e os 13^{os} salários declinados na exordial; assim como o cabimento de indenização por omissão da Municipalidade no cadastramento do PIS/PASEP.

Contrarrazões. (fls. 274/278)

Diante da desnecessidade de intervenção do Ministério Público, deixo de remeter os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 169, § 1^o, do RITJPB c/c o artigo 82 do Código de Processo Civil.

É o relatório que se revela essencial.

Entendo que o Juízo *a quo* laborou em equívoco, uma vez que proferiu decisão deixando de se pronunciar acerca de todos os pedidos requeridos na inicia. Sendo assim, a nulidade da decisão é medida que se impõe.

Ora, analisando detidamente os autos, vê-se que não há manifestação explícita ou implícita sobre todos os pedidos formulados pela autora, qual seja o pedido ao pagamento do adicional de insalubridade no patamar de 40% (grau máximo) sobre o salário base da postulante, bem como à incidência de seus reflexos sobre as verbas trabalhistas, quais sejam: 13^o salário, férias, acrescidos do terço constitucional, depósitos fundiários, PIS/PASEP e outras.

Como se sabe, o autor fixa os limites da lide na petição inicial, cabendo ao magistrado decidir a demanda de acordo com as balizas ali fixadas. Isto importa dizer que é vedado ao juiz proferir decisão acima, fora ou aquém do pedido. Concretizada tal hipótese, a sentença estará viciada por ser *ultra, extra* ou *citra petita*, respectivamente.

Corroborando tal entendimento, colaciono precedente da Corte Superior de Justiça que se amolda ao caso vertente:

“[...] 1. De acordo com o disposto nos arts. 128 e 460 do CPC, o juiz deve se restringir aos limites da causa, fixados pelo autor na inicial, sob pena de nulidade por julgamento *citra, ultra* ou *extra petita*. [...]”¹

“[...] 1. Considera-se *citra petita* a sentença que não aborda todos os pedidos feitos pelo autor. 2. Na hipótese dos autos, havendo julgamento aquém do pedido, correto o encaminhamento dado pelo Tribunal de origem de anular a sentença para que outra seja

¹ STJ - RMS 26276 / SP - T5 - Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA - Julgado em 17/09/2009

proferida [...]”.²

Desse modo, penso que é nula a sentença proferida pelo MM. Juízo *a quo*, em razão da falta de análise de pedido feito na exordial.

Nesse sentido:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA AOS VENCIMENTOS. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA CITRA PETITA. IMPROCEDÊNCIA APENAS DE UM PEDIDO. FALTA DE ANÁLISE DOS DEMAIS CONTIDOS DA INICIAL. DECISÃO PADECENDO DE INCONTORNÁVEL VÍCIO DE NULIDADE ABSOLUTA, NÃO PODENDO O ÓRGÃO AD QUEM APRECIÁ-LOS, PENA DE SUPRESSÃO DE UM GRAU DE JURISDIÇÃO. SENTENÇA ANULADA, DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO.” (Apelação Cível Nº 70010273027, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos, Julgado em 23/12/2004)

“APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL PROCEDENTE EM PARTE. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DECISÃO QUE ANALISA O PLEITO REVISIONAL APENAS EM RELAÇÃO A ALGUNS CONTRATOS, DEIXANDO DE APRECIAR OS DEMAIS FIRMADOS ENTRE AS PARTES. FALTA DE ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EM RELAÇÃO AOS AUTORES. PESSOA FÍSICA. SENTENÇA AQUÉM DO PEDIDO (CITRA PETITA). MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE DECRETADA DE OFÍCIO. SENTENÇA CASSADA. RECURSO PREJUDICADO.” (TJPR - AC 7020040 PR 0702004-0 – Relator(a): Laertes Ferreira Gomes – Julgamento: 13/04/2011 - Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível)

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SENTENÇA CITRA PETITA. SENTENÇA OMISSA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE DA SENTENÇA RECONHECIDA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. Há de se decretar a nulidade da sentença de mérito que deixa de analisar e, conseqüentemente, julgar todos os pedidos da petição inicial, bem como as pretensões formuladas em sede de contestação.”³

“Hipótese em que a sentença não analisou todas as pretensões declinadas na petição inicial, especificamente o pedido de

² STJ - REsp 686.961/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 16/05/2006, p. 205

³ TJPR – AC 5679190 – Rel. Lidia Maejima – 08/04/2009.

inexistência de débito. Não tendo a sentença analisado todos os pedidos da peça inicial, é de ser desconstituída, inclusive ex officio por se tratar de matéria de ordem pública.” (TJRS - AC 70047525613 RS - Relator(a): Tasso Caubi Soares Delabary - Julgamento: 26/03/2012 - Órgão Julgador: Nona Câmara Cível - Publicação: Diário da Justiça do dia 04/04/2012)

Como bem asseveram Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, “as partes têm direito de receber do órgão jurisdicional sentença certa, isto é, decisão que resolva a lide, a respeito da qual não paire dúvidas”.⁴

Neste contexto, inexistindo a devida manifestação a respeito das pretensões formuladas pela parte, o julgador singular incorreu em verdadeira negativa de prestação jurisdicional, o que enseja a decretação de sua nulidade, de ofício, por este Tribunal.

Por esses fundamentos, **declaro nula, de ofício, a sentença de primeiro grau**, determinando que o Juízo *a quo* analise todos os argumentos trazidos pela parte promovente, ademais, **nego seguimento ao presente recurso**, com fulcro no *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil, posto que prejudicado.

Publique-se. Intimem-se.

João Pessoa, 12 de novembro de 2014.

Miguel de Britto Lyra Filho
Juiz Convocado

⁴ Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 10 ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 667.